

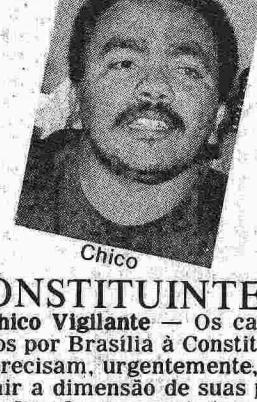
TEMA LIVRE

Cada candidato quis dar um recado final depois da entrevista na redação do CORREIO.

E, de repente, tome bomba. Eles se soltaram e falaram em tom duro, contundente.



Esaú



Chico

DITADURA

Esaú de Carvalho — Um regime, por mais forte que seja, não conduz o povo automaticamente, como alguns alegam. O povo é levado a ficar em determinadas posições porque nem sempre pode se rebelar, se esta ditadura é efetivamente uma ditadura. Então, quando passa a ditadura, não se pode condenar a todos. Na verdade, não se pode afirmar que todos os que não gritaram ajudaram a ditadura. E preciso cautela.



Tolentino

ESTADO

Fernando Tolentino — Todos os candidatos aqui presentes aceitaram a proposta do Poder Legislativo local. Com isto, filaram-se na prática, à idéia da criação do Estado de Brasília. Afinal, não há um poder legislativo que não tenha sobre o que legislar. E o DF, pela sua subordinação ao Governo Federal e por sua característica federal, vincula-se a uma legislação que vem do resto da Federação.

Com relação à questão da dependência econômica do DF, nós sabemos que seis Estados brasileiros autônomos são mais dependentes do que o Distrito Federal; e nós não vamos à Constituinte para retirar a autonomia desses seis Estados. Nós temos, sim, que criar uma economia punjante em Brasília. E para isto é preciso ser Estado, porque a União não é solidária com a industrialização no DF, o que é fundamental para que tenhamos aqui um estado, da mesma forma pela qual outros Estados foram criados.



Frejat

SAÚDE

Jofran Frejat — Eu queria lamentar a colocação do Tolentino, porque me parece que ele saiu à caça de voto. O que ele disse em relação a mim não tem fundamento. Ninguém dialogou mais com a classe médica do que eu. Mas eu não poderia privilegiar mais um setor em detrimento de outros servidores. Eu criei dez mil empregos, entre eles 1.500 para médicos. Criei um quadro de carreira que nenhuma outra secretaria conseguiu criar. Reduzi a carga horária de médicos de 36 para 24 horas. Mandei pagar a insalubridade, que não era paga para os servidores da área de saúde. Inclui o recesso para todos os servidores. Dei abono um dia por mês e, também, a cesta de Natal. O atual governo, que se diz democrático, do partido em que o Tolentino está, já retirou a insalubridade dos motoristas, a não ser os das ambulâncias, e também o abono. Eu não fui à minha responsabilidade. Durante o tempo em que respondi pela Secretaria de Saúde, procurei fazer um trabalho de justiça social, levando saúde a toda população do DF, contendo a paralisia infantil por cinco anos, acabando com a raiva humana, e levando uma série de benefícios à população. E com justiça social. Curiosamente, entretanto, eu tenho um artigo do Fernando Tolentino publicado no CORREIO BRAZILIENSE de 1º de fevereiro de 1983, elogiando o meu trabalho, como dos melhores. Como o Tolentino se gaba de ser um bom jornalista, acredito que ele não poderá desmentir o seu próprio artigo.

Geraldo Campos — Quando se fala em reforma administrativa e elaboração de uma nova Carta, esta representação terá um papel muito significativo para defender dois milhões de servidores celetistas e estatutários; de lutar por um estatuto que reflita os anseios de uma categoria subestimada nos últimos anos, capaz de estabelecer um regime jurídico único que une a classe e as suas reivindicações. E lutar, também, pelo direito de sindicalização, a fim de que não continuemos como agora, com 4 mil entidades representando esses servidores, pulverizando suas reivindicações, dando ao ministro o pretexto para que ele diga que não ouve os servidores porque não sabe a qual entidade consultar.

E preciso criar um plano de classificação de cargos que assegura a ascensão e progressão funcional, única medida capaz de impedir que servidores com 20 anos de serviço permanecem na mesma referência. Além disso, elaborar um plano previdenciário para o servidor, para que ele tenha melhor atendimento médico. Os professores, por exemplo, conquistaram uma emenda constitucional consubstancializada hoje no inciso 20 do artigo 165 da Constituição, que assegura a aposentadoria com 30 anos para o professor e 25 anos para a professora, com salário integral. No entanto, apesar disso, o INPS continua se recusando a dar a aposentadoria inte-

gral para os professores. E, ainda viabilizar a venda dos imóveis funcionais, o que tem afiado os funcionários que estão em Brasília há mais de 20 anos e não podem se aposentar com medo de perder o imóvel.



Eurides

EDUCAÇÃO

Eurides Brito — Eu gostaria de dizer que no dicionário de Tolentino as palavras têm outro significado. O "jamais" do Tolentino não é o significado do meu dicionário, que por sinal é o dicionário do povo brasileiro. Eu fiquei um semestre letivo durante a minha administração de seis anos sem receber o sindicato porque, no dia em que devia recebê-los, li uma acusação totalmente inverídica publicada em jornal, segundo a qual eu não estava atendendo a uma das cláusulas do acordo sindical. Naquele dia, através de ofício, mandei um expediente a eles dizendo que adiava a entrevista até que eles me enviassem quais as cláusulas do acordo que não estavam sendo observadas. Eles devem ter tido muita dificuldade, porque ficaram todo o semestre letivo sem enviar resposta que a secretaria de Educação queria.

Eu não vou aproveitar a oportunidade para fazer um relatório da minha administração. Mas eu gostaria de dizer que entrei apenas 27 professores em tempo integral na Fundação Educacional e deixei 5 mil professores contratuais assentados com tempo integral. A minha administração inaugurou a subvenção a cargos superiores para professores normalistas, permitindo a 3 mil professores cursar as faculdades do DF custeadas pelo sistema educacional. O fato de ter implantado junto à classe um sistema de aperfeiçoamento institucionalizado é que me deu o respaldo para sair candidata à Constituinte. E não como auto-candidata e muito menos convida por algum partido. Sou candidata porque uma comissão de pais de alunos e professores pediu que eu me candidatasse.

Maria de Lourdes — A colocação do papel do Constituinte é da maior importância. Eu também me preocupo muito com o casuismo. No sentido de dizer: "Olha, eu tenho dez votos mas eu estou precisando de cimento, de telha, de uma dentadura". Esta realidade tem me angustiado muito. Assim, eu gostaria de registrar, primeiro, minha preocupação com a conscientização do papel do Constituinte. E, também, da importância da Constituição e do papel do deputado e do senador. Segundo, eu acredito que se nós, candidatos, nos unirmos no sentido de não atender a esses pedidos dos eleitores, começaremos com uma proposta nova em Brasília. E eu tenho insistido neste ponto. E uma campanha muito desigual e, se nos dispusermos, podemos realizar uma campanha em Brasília livre do mero clientelismo.

Abadia — Acolhemos a Maria de Lourdes. Ela é a única candidata que se posiciona claramente contra a Constituinte.

Aidan Faria — Eu resumiria dizendo que os candidatos vão à televisão e dizem que fizeram isso, construiram aquilo. Eles, na verdade, não construirão nada. Foi o poder central que alocou verbas e fez o planejamento. Os administradores foram e são simples capatazes. No plano da saúde, eu lamento que o Dr. Frejat tenha se mostrado tão ineficaz. E diria em relação ao José Aparecido, como governador, que ele fechou o HBB num dia e, no outro, inaugurou um hospital de cachorro. Agora está querendo acabar com o hospital da Asa Norte que trata de deficientes mentais.

Deixando essa discussão de lado, eu gostaria de ressaltar que a minha plataforma, na área de transportes, é no sentido de rever as concessões e, dependendo da situação, encampar este sistema que não atende ao trabalhador. Na educação, a meta do PDT é instalar em Brasília os Cieps, a única solução que deu certo no País em termos de educação. Quanto à segurança, é preciso lutar pela melhoria do salário da Policia e por uma melhor infraestrutura.

Para finalizar, o aborto: esta questão já está tratada pela lei. Em relação à pena de morte, eu sou favorável à sua aplicação contra os que estrupam crianças e mulheres. Mas, primeiro, temos que reformular o sistema judiciário do País, que a nada atende. Com esta legislação não se pode falar em pena de morte. Com uma legislação correta e bem aplicada, porém, ela se impõe.

SEGURANÇA

Aidan Faria — Eu resumiria dizendo que os candidatos vão à televisão e dizem que fizeram isso, construiram aquilo. Eles, na verdade, não construirão nada. Foi o poder central que alocou verbas e fez o planejamento. Os administradores foram e são simples capatazes.

No plano da saúde, eu lamento que o Dr. Frejat tenha se mostrado tão ineficaz. E diria em relação ao José Aparecido, como governador, que ele fechou o HBB num dia e, no outro, inaugurou um hospital de cachorro. Agora está querendo acabar com o hospital da Asa Norte que trata de deficientes mentais.

Deixando essa discussão de lado, eu gostaria de ressaltar que a minha plataforma, na área de transportes, é no sentido de rever as concessões e, dependendo da situação, encampar este sistema que não atende ao trabalhador. Na educação, a meta do PDT é instalar em Brasília os Cieps, a única solução que deu certo no País em termos de educação. Quanto à segurança, é preciso lutar pela melhoria do salário da Policia e por uma melhor infraestrutura.

Para finalizar, o aborto: esta questão já está tratada pela lei. Em relação à pena de morte, eu sou favorável à sua aplicação contra os que estrupam crianças e mulheres. Mas, primeiro, temos que reformular o sistema judiciário do País, que a nada atende. Com esta legislação não se pode falar em pena de morte. Com uma legislação correta e bem aplicada, porém, ela se impõe.